



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este documento é a primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e da base ao termo de referência a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação “Art. 5º, Inciso XX, da Lei 14.133/2021”.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 362/2024

Município de São Vicente do Sul/RS

Secretaria Municipal de Administração

Necessidade da Administração: AQUISIÇÃO PARCELADA DE UTENSÍLIOS DE COZINHA.

1. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Escolas Municipais;

1.2. A aquisição de utensílios de cozinha é fundamental, pois visa à continuidade dos serviços prestados nas Escolas Municipais e substituição de utensílios que se encontram desgastados e danificados por conta do uso contínuo, afetando muitas vezes, na alimentação de todos os alunos.

1.3. Visa também atender a demanda da nova EMEI Pandorga que necessita desse tipo de material para suprir a demanda dos alunos e profissionais que farão parte do Educandário.

1.4. A aquisição parcelada possibilitará a gestão pela secretaria, que fará o empenho e o controle, de acordo com o seu orçamento; também se considera os termos do art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/21, essa sistemática de aquisição é preferencial em relação às demais.

1.5. Ressalta-se que a aquisição se dá de forma eventual, desta forma não há obrigação de adquirir todo ou qualquer quantitativo do registro de preços, conforme termos do artigo 83, da referida Lei;

1.6. Considera-se, portanto, como um problema a ser resolvido dentro da perspectiva do interesse público, devido a necessidade de compra destes produtos, com finalidade de primar pelo pronto atendimento da população de nosso município;

1.7. Relação dos produtos conforme as especificações abaixo:

Item	Descrição do Produto	Quant	Unidade
1	Abridor de latas, totalmente em inox, com tamanho mínimo de 10 cm de comprimento, 6 cm de largura, de 1ª qualidade. Espessura mínima de 1mm.	10	Unidades
2	Amassador de batatas, feito em aço inox e cabo de polipropileno. Lâmina em aço inox. Medidas aproximadas: 28 cm de comprimento e 8 cm de diâmetro da lâmina. Espessura da lâmina: 1,5 mm.	10	Unidades
3	Assadeira em alumínio retangular alta. Dimensões aproximadas de: 38cm x 27cm x 5cm	15	Unidades
4	Assadeira hotel, alumínio, com alças, retangular, nº 6. Medidas aproximadas: 50 cm de comprimento, 35 cm de largura e 7 cm de altura. Espessura 1 mm.	10	Unidades
5	Bacia em aço inox, com medidas mínimas de: 2 litros, 20 cm de diâmetro e 5 cm de altura.	25	Unidades
6	Bacia Inox mínimo de 07 Litros: Bacia fabricada em inox. Medidas aproximadas: 38 cm de diâmetro e 8 cm de altura	25	Unidades
7	Bacia plástica redonda com capacidade mínima de 11 litros, transparente, cor branco translúcido. Dimensões aproximadas de 35 cm de diâmetro e 14 cm de altura.	25	Unidades
8	Bacia plástica redonda, transparente, cor branco translúcido, capacidade mínima de 18 litros. Medidas aproximadas: 19 cm de altura e 39 cm de diâmetro.	25	Unidades
9	Bacia Com Tampa 10,8L. Medidas Do Produto: Comprimento: 41cm, Largura: 32,2cm e Altura: 18,7cm. Cores diversas.	25	Unidades



10	Bandeja retangular, de polipropileno para servir refeições e/ou frutas. Cores diversas, exceto preta. Medidas aproximadas: 48 cm de comprimento e 33 cm de largura. Com alças embutidas.	15	Unidades
11	Bandeja totalmente feita de aço inox, acabamento em brilho. Medidas aproximadas: 49 cm de comprimento, 33 cm de largura e 2 cm de altura	15	Unidades
12	Bandeja plástica retangular, de polipropileno, cor branca. Medidas aproximadas: 45 cm de comprimento, 28 cm de largura e 7,5 cm de altura	15	Unidades
13	Bule em alumínio e com cabo de baquelite. Com altura aproximada de 30cm e diâmetro aproximado de 10cm.	10	Unidades
14	Caldeirão em alumínio, tipo hotel Nº 28, com capacidade aproximada de 15 litros, em alumínio polido e reforçado. Dimensões aproximadas de altura: 24cm e largura: 32cm.	12	Unidades
15	Caldeirão em Aço Inox com fundo triplo. Diâmetro mínimo de 24 cm. Dimensões aproximadas de: 33 x 24. Espessura 0,7mm. Capacidade aproximada de 9,6 litros. Cabo em aço inox	12	Unidades
16	Canecão em alumínio polido e com cabo de baquelite. Espessura de 1,80 mm, altura aproximada de 15 cm e diâmetro aproximado de 16 cm.	10	Unidades
17	Canecão em alumínio polido e com cabo de baquelite. Espessura de 1,80 mm, altura aproximada de 20 cm e diâmetro aproximado de 17 cm.	15	Unidades
18	Caneca de Alumínio polido e resistente com alça, capacidade mínima de 300 ml. Medidas mínimas de altura 7,5cm e de diâmetro 9cm. Borda com virola - para não cortar a boca.	100	Unidades
19	Chaleira Alumínio, com tampa, com capacidade aproximada de 3 litros. Largura aproximada de 21cm. Alça de baquelite.	10	Unidades
20	Coador em aço inox, no cabo e tela, com aproximadamente 10 cm de diâmetro.	15	Unidades
21	Coador em aço inox, no cabo e tela, com aproximadamente 20 cm de diâmetro.	15	Unidades
22	Colher de servir em alumínio de alta qualidade e resistente. Espessura mínima de 1mm. Comprimento mínimo de 30cm	25	Unidades
23	Colher de servir, tipo hotel, com no mínimo 50 cm, de Alumínio ABC. Dimensões aproximadas do produto (cm) 4,5x7,5x50 cm.	25	Unidades
24	Colher de sobremesa em aço inox, inclusive o cabo, tamanho médio, com aproximadamente 1,0mm de espessura, comprimento aproximado de 14cm.	150	Unidades
25	Colher de sopa em aço inox, inclusive o cabo, para refeições, com aproximadamente 1,0mm de espessura, comprimento aproximado de 18cm.	200	Unidades
26	Colher totalmente em silicone, resistente a altas temperaturas e com no mínimo 27cm de comprimento	30	Unidades
27	Colher de polietileno côncava, resistente a altas temperaturas, cor branca. Medidas aproximadas: 60 cm de comprimento e 7,5 cm de largura. Garantia: contra defeitos de fabricação.	30	Unidades
28	Concha em aço inox, de alta qualidade e resistente. Com aproximadamente 1,0mm de espessura, comprimento aproximado de 30cm	15	Unidades
29	Concha de servir, tipo hotel, com no mínimo 50 cm, de Alumínio ABC. Capacidade aproximada de 1000ml.	15	Unidades
30	Copo de medidas. Copo graduado, em atileno, transparente, resistente, atóxico, com capacidade para 500 ml. Medidas aproximadas: diâmetro na base superior de 9 cm, diâmetro na base inferior 6 cm e altura de 14 cm, com margem de 2 cm para mais ou para menos nas dimensões citadas. O produto deverá ser resistente a quedas.	15	Unidades



31	Copo de Plástico com Bico Rígido chuquinha 200ml – Azul. Material: Plástico Polipropileno. Capacidade: 200ml, Largura: 8cm e Altura: 10cm	80	Unidades
32	Copo de Plástico com Bico Rígido chuquinha 200 ml – Rosa. Material: Plástico Polipropileno. Capacidade: 200ml, Largura: 8cm e Altura: 10cm	80	Unidades
33	Espátula totalmente em silicone, resistente a altas temperaturas e com no mínimo 27cm de comprimento.	15	Unidades
34	Escorredor de massas, linha hotel, Nº 40, totalmente em alumínio. Medidas aproximadas: 41 cm de diâmetro e 26 cm de altura. Espessura: 1,2 mm	12	Unidades
35	Escumadeira em aço inox, de alta qualidade e resistente. Com aproximadamente 1,0mm de espessura, comprimento aproximado de 30cm.	10	Unidades
36	Escumadeira de no mínimo 50 cm, de Alumínio ABC. Dimensões aproximadas do produto (cm) 5x11,5x51,5 cm.	10	Unidades
37	Faca para carne, em aço inox, medindo aproximadamente 30cm de comprimento, com cabo de polipropileno.	10	Unidades
38	Faca em aço inox com serrinha, ponta arredondada, com aproximadamente 1,0mm de espessura, comprimento aproximado de 20 cm.	200	Unidades
39	Faca para pão, lâmina serrilhada 8", em inox com tratamento térmico, cabo em polipropileno, cor branca. Medidas aproximadas: lâmina com 20 cm de comprimento e cabo com 12 cm. Espessura: 1,2 mm.	15	Unidades
40	Faca de serrinha, tipo para churrasco, com lâmina em inox com tratamento térmico, cabo em polipropileno. Medidas aproximadas: 20 cm de comprimento. Espessura: 1 mm.	200	Unidades
41	Forma para pudim em alumínio polido e de alto brilho, com no mínimo 20 cm de diâmetro e 11 cm de altura.	10	Unidades
42	Frigideira, antiaderente, com cabo de baquelite, altura aproximada de 3 cm e diâmetro aproximado de 20cm	15	Unidades
43	Frigideira hotel, em alumínio resistente, revestida internamente em teflon, antiaderente. Cabo de braquelite atóxico e antitérmico. Medidas aproximadas: 28 cm de diâmetro e altura mínima de 6 cm.	15	Unidades
44	Garfo de mesa em aço inox, com aproximadamente 1,0mm de espessura, comprimento aproximado de 19 cm	200	Unidades
45	Garfo de mesa em aço inoxidável, resistente, cabo polipropileno. Medidas aproximadas: 19 cm de comprimento, 2,3 cm de largura X 1,3 cm de altura. Espessura mínima: 1 mm	200	Unidades
46	Garrafa térmica com capacidade mínima de 1,8 litros, acabamento externo em aço inoxidável e ampola de vidro. Com alça retrátil.	12	Unidades
47	Jarra plástica transparente, material atóxico, com tampa, capacidade aproximada de 2,5 litros	15	Unidades
48	Pá de polietileno para caldeirão, branca, material atóxico, resistente a altas temperaturas. Medidas aproximadas: comprimento total de 40 cm e largura da pá de 6 cm. Espessura mínima do polietileno de 1 cm.	15	Unidades
49	Panela de pressão com fechamento externo, capacidade mínima de 7 litros, em alumínio polido. Com cabos e/ou alças de baquelite atóxico e resistente a alta temperatura. Tampa com fechamento externo, perfeitamente ajustada a base. Sistema especial de segurança e válvula reguladora de pressão. Aprovada e certificada pelo selo INMETRO. Medida aproximada: 22 cm de diâmetro. Garantia: 6 meses contra defeitos de fabricação.	12	Unidades
50	Panela Grande de Ferro Nº 40 com Tampa Grossa, suporta 13 Litros, com medidas mínimas de 14 cm de altura, de 40 cm de diâmetro.	20	Unidades



	Características: A Panela acompanha tampa grossa no mesmo material da panela. Espessura mínima de 5mm. Com 2 alças laterais de ferro		
51	Panela Grande de Ferro Nº 36 com Tampa Grossa, suporta 9 Litros, com medidas mínimas de 36 cm de diâmetro e 12 cm de altura. Características: A Panela acompanha tampa grossa no mesmo material da panela. Espessura mínima de 5mm. Com 2 alças laterais de ferro	20	Unidades
52	Panela funda tipo caçarola de alumínio polido com duas alças de baquelite, espessura mínima de 2mm, altura aproximada de 22cm, largura (diâmetro) aproximado de 25cm.	25	Unidades
53	Panela para micro-ondas, com tampa, em plástico incolor, com capacidade aproximada de 2,6 litros	15	Unidades
54	Pegador de macarrão, dentado, em aço inox. Com aproximadamente 20 cm de comprimento, espessura 1,5mm	10	Unidades
55	Placa de corte em polipropileno, atóxico, antiderrapante, totalmente na cor branca, formato retangular, com alça, medindo aproximadamente 30x25cm e com no mínimo 1cm de espessura	10	Unidades
56	Placa de corte em polipropileno, atóxico, antiderrapante, totalmente na cor verde, para cortar legumes, formato retangular, com alça, medindo aproximadamente 30x25cm e com no mínimo 1cm de espessura.	10	Unidades
57	Porta embalagem de óleo de soja, em plástico branco e com alça	12	Unidades
58	Pote quadrado alto, para mantimentos, em plástico transparente e resistente (micro-ondas e freezer), com capacidade mínima 3 litros, com tampa.	15	Unidades
59	Pote quadrado alto, para mantimentos, em plástico transparente e resistente (micro-ondas e freezer), com no mínimo 20 cm de altura e capacidade mínima 5 litros, com tampa.	15	Unidades
60	Pote quadrado alto, para mantimentos, em plástico transparente e resistente (micro-ondas e freezer), com capacidade mínima 7 litros, com tampa.	15	Unidades
61	Pote plástico redondo alto com tampa 3 litros. Dimensões mínimas do produto:12x21cm(AxL).	15	Unidades
62	Prato Fundo em Inox, medidas mínimas de: 23 cm de diâmetro, 2,5 cm de altura e 400ml de capacidade, borda com virola (para não cortar).	200	Unidades
63	Pote de vidro, com tampa plástica, com capacidade mínima de 500ml.	15	Unidades
64	Pote de vidro, com tampa plástica, com capacidade mínima de 1,5 litros	15	Unidades
65	Pote de vidro redondo, com tampa plástica, com capacidade mínima de 2,4 litros.	15	Unidades
66	Ralador com 4 Faces em Inox com Alça Preta ou Branca 16.5 cm, lâminas com furos de formatos diferentes, medindo aproximadamente 22cm.	12	Unidades
67	Saleiro em Acrílico transparente, resistente e com tampa. Capacidade 1Kg. Dimensões aproximadas do produto (A X L): 12 x 14cm.	10	Unidades
68	Tampa protetora de alimentos para micro-ondas, em plástico incolor.	10	Unidades
69	Travessa retangular grande, em vidro, resistente, incolor, com resistência térmica, com tampa de plástico perfeitamente ajustada à travessa. Medidas aproximadas: 40 cm de comprimento, 25 cm de largura e 7 cm de altura.	15	Unidades
70	Caneca de vidro transparente, 300 ml, com alça, ideal para servir café, chás, e leite	200	Unidades
71	Pá de polietileno para caldeirão, branca, material atóxico, resistente a altas temperaturas. Medidas aproximadas: comprimento total de 60 cm e largura da pá de 7,5 cm. Espessura mínima do polietileno de 1 cm.	15	Unidades



2. DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.1. A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual 2024 do Município de São Vicente do Sul.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objeto a ser adquirido tem natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. Trata-se de futuras aquisições parceladas e eventuais de materiais, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Escolas Municipais.

I. A aquisição de utensílios de cozinha é fundamental, pois visa à continuidade dos serviços prestados nas Escolas Municipais e substituição de utensílios que se encontram desgastados e danificados por conta do uso contínuo, afetando muitas vezes, na alimentação de todos os alunos.

II. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses.

III. As quantidades de material indicados acima, referem-se ao consumo estimado para o período de 12 (doze) meses, por isto, a licitante vencedora compromete-se a fornecer os materiais de forma parcelada durante a vigência dos Contratos firmados, conforme a demanda do Município.

IV. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas e padrões da ABNT/NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia e de outras normas regulamentadoras aplicáveis ao objeto, em vigor (caso houver).

i. Tais comprovações de conformidade ou certificações, poderão ser solicitadas por ocasião da entrega dos produtos, para os quais são aplicáveis.

V. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, sem nenhum amassado ou avaria, devidamente lacrado com todas as informações exigidas em legislação.

VI. O armazenamento, o transporte e o comércio dos materiais devem obedecer aos critérios previstos na legislação que concerne ao tema, de modo a não afetar a identidade, qualidade e integridade dos mesmos.

VII. O Município só aceitará os materiais que estiverem de acordo com as especificações constantes no edital de licitação, depois de terem sido considerados em perfeita ordem pelas secretarias requisitantes.

3.3. A licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação:

Habilitação Jurídica

I. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

III. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

IV. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz, no caso de ser participante sucursal, filial ou agência;

V. No caso de sociedade simples, a inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

VI. No caso de cooperativa, a ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

VII. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, o decreto de autorização;

VIII. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade Fiscal e Trabalhista

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da



Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

III. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

VII. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

VIII. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

IX. Mesmo que o licitante seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

Qualificação Econômico-Financeira

I. Apresentar a Certidão Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento, quando esta não contiver data de validade, havendo mais de um cartório distribuidor deverá ser apresentado documento hábil do órgão judiciário informando o número de distribuidores;

i. Em caso de dúvida ou manifestações contrárias ao documento apresentado pelo licitante, o Pregoeiro diligenciará para sanar as divergências, sendo o mesmo inabilitado se ficar comprovado a existência de mais de um cartório distribuidor na sede da licitante;

II. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis e apresentáveis na forma da Lei, ou seja, registrados na Junta Comercial ou Órgão competente que comprovem a boa situação financeira da empresa:

i. Os documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

ii. Para comprovação da boa situação financeira, serão utilizados os seguintes indicadores mínimos para verificação da situação financeira das empresas:

$$\begin{aligned} & AC \\ \text{LIQUIDEZ CORRENTE: } & \frac{\quad}{PC} = \text{igual ou superior a } 1,00 \\ & AC + ARLP \\ \text{LIQUIDEZ GERAL: } & \frac{\quad}{PC + PELP} = \text{igual ou superior a } 1,00 \\ & PC + PELP \\ \text{GRAU DE ENDIVIDAMENTO: } & \frac{\quad}{AT} = \text{igual ou menor que } 1,00 \end{aligned}$$

Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP = Ativo Realizável à Longo Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível à Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido

Qualificação Técnica

I. Alvará de Localização expedido pelo Município da sede do licitante;

II. Atestado de Capacitação Técnica, que comprove aptidão para fornecimento, pertinente e compatível com a natureza do presente objeto, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado,



informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação;

III. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

3.4. Do prazo, local, condições de entrega e garantia:

I. A entrega do objeto licitado deverá ser de forma parcelada, no endereço indicado na nota de empenho de despesa, no município de São Vicente do Sul/RS, conforme a necessidade da Administração, de acordo com as quantidades requisitadas, nas condições e prazos estabelecidos;

II. A nota de empenho/ordem de entrega será enviada para o e-mail informado pela empresa na proposta de preço, sendo que a empresa licitante terá no máximo 24 (vinte e quatro) horas para confirmar o seu recebimento (para então iniciar a contagem dos prazos de entrega dos produtos);

i. A **entrega provisória do objeto licitado** terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de recebimento da nota de empenho/ordem de entrega;

ii. A **entrega definitiva do objeto licitado** será efetivada, logo após a conferência por parte do fiscal (ais) designados para tal, desde que atenda as especificações mínimas exigidas neste termo, mediante a apresentação da nota fiscal, devidamente certificada, com assinatura/protocolo de recebimento do responsável;

iii. Verificada a **não conformidade no recebimento do objeto licitado**, desde que comprovado a falha por parte da Contratada, a mesma deverá promover as correções necessárias no máximo em 5 (cinco) dias úteis, após o comunicado emitido pelo fiscal, sem ônus para a Administração, que em caso de recusa estará sujeito às penalidades previstas neste termo;

III. O **prazo de garantia** do objeto licitado considerados duráveis, devem ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses, contados da data da entrega dos mesmos, devendo ser substituídos no caso de defeito ou vício que os torne impróprios para o uso, num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação do Município;

3.5. Das obrigações da contratante e da contratada:

Obrigações da Contratante

I. Efetuar o devido pagamento à Contratada, nos termos do presente instrumento;

II. Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato;

III. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada neste termo e no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

IV. Designar servidor pertencente ao quadro da Contratante, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do licitado;

V. Cumprir e fazer cumprir todas as demais cláusulas do presente termo.

Obrigações da Contratada

I. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do presente termo e do contrato, bem como nos termos da sua proposta;

II. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

IV. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à Contratada o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

VI. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à Contratante e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;



VII. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VIII. Executar as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação;

IX. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado;

3.6. Das sanções administrativas:

I. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- i.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- ii.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- iii.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- iv.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- v.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- vi.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- vii.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- viii.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- ix.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- x.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- xi.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- xii.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no subitem I deste termo, as seguintes sanções:

- i.** Advertência;
- ii.** Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- iii.** Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da administração pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- iv.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

III. As sanções previstas nas alíneas “i”, “iii” e “iv” do subitem I do presente termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “II” do mesmo item;

IV. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no subitem II do presente termo;

V. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

VI. A aplicação das sanções previstas no subitem II deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

VII. Na aplicação da sanção prevista no subitem II, alínea “ii”, do presente termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

VIII. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “iii” e “iv” do subitem II do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

IX. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no



prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

X. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

XI. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

XII. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

i. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

ii. Pagamento da multa;

iii. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

iv. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

v. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

XIII. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “viii” e “xii do subitem II do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

3.7. Dos casos fortuitos ou de força maior:

I. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento do Contrato oriundo deste processo licitatório, ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a prestação de serviço no local onde estiver sendo executado o objeto Licitado:

i. Greve geral;

ii. Calamidade pública;

iii. Interrupção dos meios de transporte;

iv. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudicadas; e

v. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

II. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela empresa licitante;

III. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência;

IV. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro) horas antes do dia de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

3.8. Do modelo de gestão do contrato:

I. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

II. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

III. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

IV. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

V. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que



conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

VI. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

VII. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

VIII. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

IX. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

X. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

XI. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

XII. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

XIII. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do objeto licitado para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

XIV. O fiscal poderá realizar a avaliação diária, semanal, mensal, trimestral ..., desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade do fornecimento do objeto licitado;

XV. A fiscalização do objeto licitado não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade;

XVI. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

XVII. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato, para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.9. Do pagamento

I. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto licitado, através do aceite na nota fiscal emitida pela contratada, por parte do servidor ou comissão responsável, designado para tal;

II. A nota fiscal emitida pelo licitante vencedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e o número do empenho, para acelerar o trâmite de recebimento do objeto licitado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;

III. Para efetivo pagamento, na Nota Fiscal deverá constar as retenções referente ao IRRF conforme Decreto Municipal nº 081/2022 (Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012);

IV. O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

V. Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país;

VI. Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de São Vicente do Sul - RS, CNPJ nº 87.572.079/0001-03;



VII. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante vencedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

VIII. Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado;

IX. O Município reserva-se o direito de recusar efetuar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita neste Termo;

X. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento;

XI. O valor contratado será revisado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato;

XII. A fiscalização poderá deduzir nas faturas os valores das multas porventura aplicadas pela fiscalização, e o valor dos prejuízos causados pela contratada, em decorrência da execução do objeto.

3.10. Forma e critérios de seleção do fornecedor:

I. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM;

II. Poderão participar do certame licitatório, interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018;

III. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema;

IV. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

i. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;

ii. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

iii. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto neste edital;

V. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

VI. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;

VII. Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

VIII. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

IX. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



X. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

XI. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

XII. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital;

XIII. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

i. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

ii. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

iii. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

iv. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

v. Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

XIV. O impedimento de que trata a alínea “i” do item XIV, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

XV. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

XVI. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

i. SICAF;

ii. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

iii. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário:

a. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

b. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

c. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação;

d. Constatado a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

XVII. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal



e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018:

i. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

ii. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada;

iii. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019;

XVIII. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

XIX. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

XX. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

XXI. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz:

i. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

XXII. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

4.1. Os quantitativos foram identificados pela necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

4.2. A aquisição parcelada possibilitará a gestão pela secretaria, que fará o empenho e o controle, de acordo com o seu orçamento; também se considera os termos do art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/21, essa sistemática de aquisição é preferencial em relação às demais, e os quantitativos são para uma demanda de 12 (doze) meses.

5. DAS ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO:

5.1. Os valores de referência foram apurados através da ferramenta “Banco de Preços”, sendo este sistema uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias, sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz:

I. O relatório completo contendo toda a pesquisa e cotações é parte integrante deste ETP, e está anexado ao processo administrativo.

5.2. O registro de preços é o sistema que melhor atende no que se refere à aquisição do objeto a ser licitado, uma vez que os cálculos de quantitativos se tratam de estimativas de consumo, não sendo possível definir previamente com exatidão o quantitativo a ser efetivamente contratado pela (s) secretaria (s).

5.3. O Sistema de Registro de Preços, se enquadra na conveniência da aquisição de produtos/serviços com previsão de serem adquiridos de forma parcelada conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento, pois, este sistema possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração.

5.4. Optamos pelo uso do Sistema de Registro de Preços, fundamentado no inciso II, do art. 40º, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que convém a este Órgão, a entrega parcelada dos produtos/serviços, de acordo com a efetivação das necessidades previstas e a disponibilidade orçamentária.



6. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

6.1. O custo estimado total desta contratação é de **R\$ 65.155,54 (sessenta e cinco mil, cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários e totais pesquisados, indicados na tabela abaixo;

6.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

Item	Descrição do Produto	Qt	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Abridor de latas, totalmente em inox, com tamanho mínimo de 10 cm de comprimento, 6 cm de largura, de 1ª qualidade. Espessura mínima de 1mm.	10	Unidades	R\$ 4,13	R\$ 41,30
2	Amassador de batatas, feito em aço inox e cabo de polipropileno. Lâmina em aço inox. Medidas aproximadas: 28 cm de comprimento e 8 cm de diâmetro da lâmina. Espessura da lâmina: 1,5 mm.	10	Unidades	R\$ 21,09	R\$ 210,90
3	Assadeira em alumínio retangular alta. Dimensões aproximadas de: 38cm x 27cm x 5cm	15	Unidades	R\$ 42,48	R\$ 637,20
4	Assadeira hotel, alumínio, com alças, retangular, nº 6. Medidas aproximadas: 50 cm de comprimento, 35 cm de largura e 7 cm de altura. Espessura 1 mm.	10	Unidades	R\$ 277,00	R\$ 2.770,00
5	Bacia em aço inox, com medidas mínimas de: 2 litros, 20 cm de diâmetro e 5 cm de altura.	25	Unidades	R\$ 20,81	R\$ 520,25
6	Bacia Inox mínimo de 07 Litros: Bacia fabricada em inox. Medidas aproximadas: 38 cm de diâmetro e 8 cm de altura	25	Unidades	R\$ 90,43	R\$ 2.260,75
7	Bacia plástica redonda com capacidade mínima de 11 litros, transparente, cor branco translucido. Dimensões aproximadas de 35 cm de diâmetro e 14 cm de altura.	25	Unidades	R\$ 40,00	R\$ 1.000,00
8	Bacia plástica redonda, transparente, cor branco translúcido, capacidade mínima de 18 litros. Medidas aproximadas: 19 cm de altura e 39 cm de diâmetro.	25	Unidades	R\$ 25,00	R\$ 625,00
9	Bacia Com Tampa 10,8L. Medidas Do Produto: Comprimento: 41cm, Largura: 32,2cm e Altura: 18,7cm. Cores diversas.	25	Unidades	R\$ 20,00	R\$ 300,00
10	Bandeja retangular, de polipropileno para servir refeições e/ou frutas. Cores diversas, exceto preta. Medidas aproximadas: 48 cm de comprimento e 33 cm de largura. Com alças embutidas.	15	Unidades	R\$ 16,80	R\$ 252,00
11	Bandeja totalmente feita de aço inox, acabamento em brilho. Medidas aproximadas: 49 cm de comprimento, 33 cm de largura e 2 cm de altura	15	Unidades	R\$ 33,84	R\$ 507,60
12	Bandeja plástica retangular, de polipropileno, cor branca. Medidas aproximadas: 45 cm de comprimento, 28 cm de largura e 7,5 cm de altura	15	Unidades	R\$ 30,00	R\$ 450,00



13	Bule em alumínio e com cabo de baquelite. Com altura aproximada de 30cm e diâmetro aproximado de 10cm.	10	Unidades	R\$ 35,88	R\$ 358,80
14	Caldeirão em alumínio, tipo hotel N° 28, com capacidade aproximada de 15 litros, em alumínio polido e reforçado. Dimensões aproximadas de altura: 24cm e largura: 32cm.	12	Unidades	R\$ 153,00	R\$ 1.836,00
15	Caldeirão em Aço Inox com fundo triplo. Diâmetro mínimo de 24 cm. Dimensões aproximadas de: 33 x 24. Espessura 0,7mm. Capacidade aproximada de 9,6 litros. Cabo em aço inox	12	Unidades	R\$ 91,25	R\$ 1.095,00
16	Canecão em alumínio polido e com cabo de baquelite. Espessura de 1,80 mm, altura aproximada de 15 cm e diâmetro aproximado de 16 cm.	10	Unidades	R\$ 33,27	R\$ 332,70
17	Canecão em alumínio polido e com cabo de baquelite. Espessura de 1,80 mm, altura aproximada de 20 cm e diâmetro aproximado de 17 cm.	15	Unidades	R\$ 53,72	R\$ 805,80
18	Caneca de Alumínio polido e resistente com alça, capacidade mínima de 300 ml. Medidas mínimas de altura 7,5cm e de diâmetro 9cm. Borda com virola - para não cortar a boca.	100	Unidades	R\$ 6,99	R\$ 699,00
19	Chaleira Alumínio, com tampa, com capacidade aproximada de 3 litros. Largura aproximada de 21cm. Alça de baquelite.	10	Unidades	R\$ 58,21	R\$ 582,10
20	Coador em aço inox, no cabo e tela, com aproximadamente 10 cm de diâmetro.	15	Unidades	R\$ 35,50	R\$ 532,50
21	Coador em aço inox, no cabo e tela, com aproximadamente 20 cm de diâmetro.	15	Unidades	R\$ 58,23	R\$ 873,45
22	Colher de servir em alumínio de alta qualidade e resistente. Espessura mínima de 1mm. Comprimento mínimo de 30cm	25	Unidades	R\$ 20,99	R\$ 524,75
23	Colher de servir, tipo hotel, com no mínimo 50 cm, de Alumínio ABC. Dimensões aproximadas do produto (cm) 4,5x7,5x50 cm.	25	Unidades	R\$ 22,76	R\$ 569,00
24	Colher de sobremesa em aço inox, inclusive o cabo, tamanho médio, com aproximadamente 1,0mm de espessura, comprimento aproximado de 14cm.	150	Unidades	R\$ 3,50	R\$ 525,00
25	Colher de sopa em aço inox, inclusive o cabo, para refeições, com aproximadamente 1,0mm de espessura, comprimento aproximado de 18cm.	200	Unidades	R\$ 2,99	R\$ 598,00
26	Colher totalmente em silicone, resistente a altas temperaturas e com no mínimo 27cm de comprimento	30	Unidades	R\$ 13,78	R\$ 413,40
27	Colher de polietileno côncava, resistente a altas temperaturas, cor branca. Medidas aproximadas: 60 cm de comprimento e 7,5 cm de largura. Garantia: contra defeitos de fabricação.	30	Unidades	R\$ 52,50	R\$ 1.575,00
28	Concha em aço inox, de alta qualidade e resistente. Com aproximadamente 1,0mm de espessura, comprimento aproximado de 30cm	15	Unidades	R\$ 15,17	R\$ 227,55
29	Concha de servir, tipo hotel, com no mínimo 50 cm, de Alumínio ABC. Capacidade aproximada de 1000ml.	15	Unidades	R\$ 29,44	R\$ 353,28



30	Copo de medidas. Copo graduado, em altileno, transparente, resistente, atóxico, com capacidade para 500 ml. Medidas aproximadas: diâmetro na base superior de 9 cm, diâmetro na base inferior 6 cm e altura de 14 cm, com margem de 2 cm para mais ou para menos nas dimensões citadas. O produto deverá ser resistente a quedas.	15	Unidades	R\$ 10,25	R\$ 153,75
31	Copo de Plástico com Bico Rígido chuquinha 200ml – Azul. Material: Plástico Polipropileno. Capacidade: 200ml, Largura: 8cm e Altura: 10cm	80	Unidades	R\$ 13,99	R\$ 1.119,20
32	Copo de Plástico com Bico Rígido chuquinha 200 ml – Rosa. Material: Plástico Polipropileno. Capacidade: 200ml, Largura: 8cm e Altura: 10cm	80	Unidades	R\$ 13,60	R\$ 1.088,00
33	Espátula totalmente em silicone, resistente a altas temperaturas e com no mínimo 27cm de comprimento.	15	Unidades	R\$ 14,18	R\$ 212,70
34	Escorredor de massas, linha hotel, Nº 40, totalmente em alumínio. Medidas aproximadas: 41 cm de diâmetro e 26 cm de altura. Espessura: 1,2 mm	12	Unidades	R\$ 109,89	R\$ 1.318,68
35	Escumadeira em aço inox, de alta qualidade e resistente. Com aproximadamente 1,0mm de espessura, comprimento aproximado de 30cm.	10	Unidades	R\$ 13,90	R\$ 139,00
36	Escumadeira de no mínimo 50 cm, de Alumínio ABC. Dimensões aproximadas do produto (cm) 5x11,5x51,5 cm.	10	Unidades	R\$ 34,00	R\$ 340,00
37	Faca para carne, em aço inox, medindo aproximadamente 30cm de comprimento, com cabo de polipropileno.	10	Unidades	R\$ 43,89	R\$ 658,35
38	Faca em aço inox com serrinha, ponta arredondada, com aproximadamente 1,0mm de espessura, comprimento aproximado de 20 cm.	200	Unidades	R\$ 7,00	R\$ 1.400,00
39	Faca para pão, lâmina serrilhada 8", em inox com tratamento térmico, cabo em polipropileno, cor branca. Medidas aproximadas: lâmina com 20 cm de comprimento e cabo com 12 cm. Espessura: 1,2 mm.	15	Unidades	R\$ 13,72	R\$ 205,80
40	Faca de serrinha, tipo para churrasco, com lâmina em inox com tratamento térmico, cabo em polipropileno. Medidas aproximadas: 20 cm de comprimento. Espessura: 1 mm.	200	Unidades	R\$ 9,80	R\$ 1.960,00
41	Forma para pudim em alumínio polido e de alto brilho, com no mínimo 20 cm de diâmetro e 11 cm de altura.	10	Unidades	R\$ 46,45	R\$ 464,50
42	Frigideira, antiaderente, com cabo de baquelite, altura aproximada de 3 cm e diâmetro aproximado de 20cm	15	Unidades	R\$ 49,99	R\$ 749,85
43	Frigideira hotel, em alumínio resistente, revestida internamente em teflon, antiaderente. Cabo de braquelite atóxico e antitérmico. Medidas aproximadas: 28 cm de diâmetro e altura mínima de 6 cm.	15	Unidades	R\$ 114,49	R\$ 1.717,35
44	Garfo de mesa em aço inox, com aproximadamente 1,0mm de espessura, comprimento aproximado de 19 cm	200	Unidades	R\$ 5,63	R\$ 1.126,00



45	Garfo de mesa em aço inoxidável, resistente, cabo polipropileno. Medidas aproximadas: 19 cm de comprimento, 2,3 cm de largura X 1,3 cm de altura. Espessura mínima: 1 mm	200	Unidades	R\$ 5,14	R\$ 1.028,00
46	Garrafa térmica com capacidade mínima de 1,8 litros, acabamento externo em aço inoxidável e ampola de vidro. Com alça retrátil.	12	Unidades	R\$ 170,75	R\$ 2.049,00
47	Jarra plástica transparente, material atóxico, com tampa, capacidade aproximada de 2,5 litros	15	Unidades	R\$ 16,50	R\$ 247,50
48	Pá de polietileno para caldeirão, branca, material atóxico, resistente a altas temperaturas. Medidas aproximadas: comprimento total de 40 cm e largura da pá de 6 cm. Espessura mínima do polietileno de 1 cm.	15	Unidades	R\$ 61,73	R\$ 925,95
49	Panela de pressão com fechamento externo, capacidade mínima de 7 litros, em alumínio polido. Com cabos e/ou alças de baquelite atóxico e resistente a alta temperatura. Tampa com fechamento externo, perfeitamente ajustada a base. Sistema especial de segurança e válvula reguladora de pressão. Aprovada e certificada pelo selo INMETRO. Medida aproximada: 22 cm de diâmetro. Garantia: 6 meses contra defeitos de fabricação.	12	Unidades	R\$ 118,95	R\$ 1.427,40
50	Panela Grande de Ferro Nº 40 com Tampa Grossa, suporta 13 Litros, com medidas mínimas de 14 cm de altura, de 40 cm de diâmetro. Características: A Panela acompanha tampa grossa no mesmo material da panela. Espessura mínima de 5mm. Com 2 alças laterais de ferro	20	Unidades	R\$ 246,25	R\$ 4.925,00
51	Panela Grande de Ferro Nº 36 com Tampa Grossa, suporta 9 Litros, com medidas mínimas de 36 cm de diâmetro e 12 cm de altura. Características: A Panela acompanha tampa grossa no mesmo material da panela. Espessura mínima de 5mm. Com 2 alças laterais de ferro	20	Unidades	R\$ 237,35	R\$ 4.747,00
52	Panela funda tipo caçarola de alumínio polido com duas alças de baquelite, espessura mínima de 2mm, altura aproximada de 22cm, largura (diâmetro) aproximado de 25cm.	25	Unidades	R\$ 85,40	R\$ 2.135,00
53	Panela para micro-ondas, com tampa, em plástico incolor, com capacidade aproximada de 2,6 litros	15	Unidades	R\$ 13,03	R\$ 195,45
54	Pegador de macarrão, dentado, em aço inox. Com aproximadamente 20 cm de comprimento, espessura 1,5mm	10	Unidades	R\$ 20,70	R\$ 207,00
55	Placa de corte em polipropileno, atóxico, antiderrapante, totalmente na cor branca, formato retangular, com alça, medindo aproximadamente 30x25cm e com no mínimo 1cm de espessura	10	Unidades	R\$ 54,97	R\$ 549,70
56	Placa de corte em polipropileno, atóxico, antiderrapante, totalmente na cor verde, para cortar legumes, formato retangular, com alça, medindo aproximadamente 30x25cm e com no mínimo 1cm de espessura.	10	Unidades	R\$ 54,97	R\$ 549,70



57	Porta embalagem de óleo de soja, em plástico branco e com alça	12	Unidades	R\$ 8,50	R\$ 102,00
58	Pote quadrado alto, para mantimentos, em plástico transparente e resistente (micro-ondas e freezer), com capacidade mínima 3 litros, com tampa.	15	Unidades	R\$ 12,81	R\$ 192,15
59	Pote quadrado alto, para mantimentos, em plástico transparente e resistente (micro-ondas e freezer), com no mínimo 20 cm de altura e capacidade mínima 5 litros, com tampa.	15	Unidades	R\$ 13,66	R\$ 204,90
60	Pote quadrado alto, para mantimentos, em plástico transparente e resistente (micro-ondas e freezer), com capacidade mínima 7 litros, com tampa.	15	Unidades	R\$ 24,42	R\$ 366,30
61	Pote plástico redondo alto com tampa 3 litros. Dimensões mínimas do produto: 12x21cm(AxL).	15	Unidades	R\$ 18,99	R\$ 284,85
62	Prato Fundo em Inox, medidas mínimas de: 23 cm de diâmetro, 2,5 cm de altura e 400ml de capacidade, borda com virola (para não cortar).	200	Unidades	R\$ 21,98	R\$ 4.396,00
63	Pote de vidro, com tampa plástica, com capacidade mínima de 500ml.	15	Unidades	R\$ 25,16	R\$ 377,40
64	Pote de vidro, com tampa plástica, com capacidade mínima de 1,5 litros	15	Unidades	R\$ 40,77	R\$ 611,55
65	Pote de vidro redondo, com tampa plástica, com capacidade mínima de 2,4 litros.	15	Unidades	R\$ 54,69	R\$ 820,35
66	Ralador com 4 Faces em Inox com Alça Preta ou Branca 16.5 cm, lâminas com furos de formatos diferentes, medindo aproximadamente 22cm.	12	Unidades	R\$ 28,99	R\$ 347,88
67	Saleiro em Acrílico transparente, resistente e com tampa. Capacidade 1Kg. Dimensões aproximadas do produto (A X L): 12 x 14cm.	10	Unidades	R\$ 20,74	R\$ 207,40
68	Tampa protetora de alimentos para micro-ondas, em plástico incolor.	10	Unidades	R\$ 7,59	R\$ 75,90
69	Travessa retangular grande, em vidro, resistente, incolor, com resistência térmica, com tampa de plástico perfeitamente ajustada à travessa. Medidas aproximadas: 40 cm de comprimento, 25 cm de largura e 7 cm de altura.	15	Unidades	R\$ 34,73	R\$ 520,95
70	Caneca de vidro transparente, 300 ml, com alça, ideal para servir café, chás, e leite	200	Unidades	R\$ 10,82	R\$ 2.164,00
71	Pá de polietileno para caldeirão, branca, material atóxico, resistente a altas temperaturas. Medidas aproximadas: comprimento total de 60 cm e largura da pá de 7,5 cm. Espessura mínima do polietileno de 1 cm.	15	Unidades	R\$ 91,18	R\$ 1.367,70

7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução proposta é o sistema de registro de preços para futuras aquisições parceladas de utensílios de cozinha, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Escolas Municipais.

7.2. O sistema de Registro de Preços traz vantagens para Administração Pública como:

- I. Maior agilidade nas contratações;
- II. Redução da quantidade de licitações;
- III. Redução de custos com armazenamento e controle de estoque;
- IV. Possibilidade de utilização da ata por outros órgãos públicos;



V. Menores preços pelo efeito da economia de escala.

7.3. Contratação realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão – Sistema de Registro de Preços, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4. Para a fornecimento dos produtos/serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

8. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

8.2. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

8.3. Em vista disto, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado a presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente à falta de padronização e uniformização.

9. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

9.1. Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

9.2. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

9.3. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

9.4. Quanto a contratação, os benefícios diretos e indiretos podem ser percebidos na economicidade, uma vez que o procedimento licitatório permite a contratação de empresa especializada por preço competitivo no mercado, uma vez que há concorrência entre as empresas do ramo de atividades, com a oferta de menor preço considerando os requisitos previamente estabelecidos no edital da licitação, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos.

10. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração, entretanto, o gestor e fiscal do contrato devem ter ciência sobre o Art. 140 da Lei 14.133/2021, que versa sobre o recebimento do objeto do contrato.

10.2. A Secretaria requisitante indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

10.3. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- I. Elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico;
- II. Elaboração de minuta da Ata de registro de preços;
- III. Encaminhamento do processo para análise jurídica;
- IV. Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- V. Publicação e divulgação do edital e anexos;
- VI. Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- VII. Realização do certame, com suas respectivas etapas;



11. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

11.1. Com base na justificativa, nas especificações técnicas e levantamento de preços de mercado constantes neste Estudo Técnico Preliminar, declaramos que a melhor alternativa para solucionar a demanda é a aquisição dos produtos e serviços descritos acima, através do Sistema de Registro de Preços.

São Vicente do Sul, 03 de junho de 2024

**LUIZ HENRIQUE LANES DOYLE
ASSESSOR DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO**

**ROSANI KOZOROSKI PALMEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**